

Dez anos do sistema de cotas em universidades são debatidos na Comissão de Direitos Humanos



Pedro França/Senado Federal

Audiências públicas avaliam reserva de vagas em universidades e bancos

Representantes dos negros analisam como positivas as cotas na educação, mas cobram maior inclusão no sistema financeiro. 5

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.525 – Brasília, terça-feira, 20 de setembro de 2011



Waldemir Borretto/Senado Federal



Davim (D), que propôs a sessão, defende novas fontes de recursos para a saúde

Senadores celebram 21 anos do SUS e debatem financiamento 3

Anna Volpze/Senado Federal



Tolmasquim, da Empresa de Pesquisa Energética, em audiência presidida por Collor

Pesquisador diz que Brasil será potência energética e ambiental

Para o professor Maurício Tolmasquim, matriz brasileira permite que

país exporte petróleo e se mantenha com fontes renováveis. 4

Plenário comemora os 150 anos da Igreja Presbiteriana no Brasil 2

Felipe Muniz



Parlamentares e convidados ouvem apresentação de coral africano na sessão

especial Cidadania

Como funciona o Fies, empréstimo que facilita acesso à universidade 8

MPs dos *tablets* e benefícios sociais trancam a pauta de votações

Os senadores têm até 2 de outubro para votar a MP que concedeu isenção de impostos para a produção de *tablets* no país. Logo depois vêm duas MPs com transferências condicionais de recursos para famílias do meio rural em situação de extrema pobreza. Outras duas MPs trancam a ordem do dia. 7

Simone Machado/Agência País



Famílias muito pobres que preservam meio ambiente podem ter compensação de R\$ 300 trimestrais, pela MP 535/11



Luiz Alves/Senado Federal

No sesquicentenário da instituição, reverendo Guilhermino Cunha considera inaceitável a existência de miséria no país

Igreja Presbiteriana do Brasil é homenageada em Plenário

A solenidade, proposta pelo senador Marcelo Crivella, teve a participação do Coral Africano Amor do Senhor, composto por angolanos e congoleses

A IGREJA PRESBITERIANA do Brasil foi homenageada ontem pelo Plenário pelos seus 150 anos de fundação. Participaram da solenidade os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), que solicitou a homenagem, Cristovam Buarque (PDT-DF), Wellington Dias (PT-PI) e Geovani Borges (PMDB-AP), além do reverendo Guilhermino Cunha, pastor da Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro. O Coral Africano Amor do Senhor, de Angola e do Congo, regido pelo maestro Garcia Neto Zacarias, apresentou-se na cerimônia.

A presidente Dilma Rousseff e a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, enviaram mensagem em que parabenizam a Igreja Presbiteriana e ressaltam a atuação da instituição.

Crivella declarou que o Brasil não pode abrir mão da sua liberdade de culto e de expressão do pensamento.

– Queremos construir um Brasil rico, poderoso, culto, mas também justo e humano, um Brasil que não se afaste dos nossos princípios sagrados que estão na Bíblia e que, assim, possamos legar aos nossos vindouros, aos nossos pósteros, um Brasil onde o Evangelho tenha liberdade – disse o parlamentar, acrescentando que as igrejas cristãs devem continuar a ter

Instituição evangélica de tradição calvinista

Em janeiro de 1862, o segundo andar de um prédio na rua Nova do Ouvidor, 31, no Rio de Janeiro, foi o local em que o missionário Ashbel Green Simonton (1833-1867) recebeu a confissão de fé de duas pessoas e declarou organizada a Primeira Igreja Presbiteriana do Brasil, sede da Igreja Presbiteriana do Brasil. A instituição evangélica, de tradição calvinista, é marco do presbiterianismo no país e pertence à família das

igrejas reformadas ao redor do mundo. Sua origem remonta à Reforma Protestante. Contemporâneo do sacerdote agostiniano alemão Martinho Lutero (1483-1546), o teólogo Ulrico Zuínglio (1484-1531) também inspirou na Suíça um movimento religioso de reforma, que ganhou corpo e se espalhou sob a liderança do teólogo francês João Calvino (1509-1564), autor das *Institutas* (tradução do latim *Institutio christianae religionis*).

liberdade para ensinar os preceitos bíblicos. Crivella destacou a necessidade de haver respeito às diversas formas religiosas e criticou intenções de intervenção em igrejas ou de censura à Bíblia.

Cristovam Buarque, por sua vez, destacou a atuação da Igreja Presbiteriana na área de ensino. Para ele, o acesso à educação deve ser igual para todos os brasileiros, mas na prática as pessoas adquirem educação de maneira desigual, de acordo com o nível de dedicação, persistência e talento individuais.

O senador também ressaltou a atuação da igreja na preserva-

ção de valores. Em decorrência da realidade social do país, afirmou Cristovam, ocorre um processo de degradação de valores essenciais à sociedade.

– Imagino como nós estaríamos se não fosse esse processo de evangelização recente no Brasil – observou o senador.

Já o reverendo Guilhermino Cunha disse ser inaceitável que haja pessoas em estado de miséria no Brasil, que é o país “celeiro do mundo”.

Cunha entregou ao senador Crivella uma Bíblia e um medalhão comemorativos do sesquicentenário da catedral da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Rádio Senado concorre a prêmio de jornalismo

A reportagem especial “Mazzaropi, o caipira mais amado do Brasil”, do jornalista Rodrigo Resende, da Rádio Senado, é finalista do Prêmio José Hamilton Ribeiro de Jornalismo.

A matéria concorre nas categorias Novas Mídias e Prêmio Especial do Júri. O prêmio, aberto a qualquer trabalho em língua portuguesa, é organizado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e

pela Secretaria Municipal de Comunicação de São José do Rio Preto (SP).

O especial da Rádio Senado traz passagens da vida do ator e cineasta Amácio Mazzaropi e conta sua trajetória no rádio, na TV e, principalmente, no cinema. Ele fez 32 filmes e, no fim da carreira, fundou seu próprio estúdio.

Trinta anos depois de seu falecimento, em 1981, depoimentos de fãs, ex-colegas,

estudiosos e membros do Instituto Mazzaropi tentam desvendar como o menino que queria ser artista conseguiu tanto sucesso interpretando a figura do caipira.

Os vencedores do Prêmio José Hamilton Ribeiro serão conhecidos nesta sexta-feira, em cerimônia no Teatro do Sesc de São José do Rio Preto.

Ouça a reportagem: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/221283>

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Dia do Economista

14h Durante a hora do expediente da sessão deliberativa, será lembrado o Dia do Economista. A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 23/11) proveniente da MP 534/11, que inclui no programa de inclusão digital os tablets produzidos no país.

Presidência Ordem do dia

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária.

CDH Revolução Farroupilha

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove audiência pública para debater a Revolução Farroupilha. A ex-ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie é uma das convidadas.

Amazônia Infraestrutura

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que integra a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realiza audiência pública sobre infraestrutura. Foram convidados representantes dos ministérios da Integração Nacional, das Cidades e das Relações Exteriores.

CAE Simples Nacional

9h30 Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, projeto que corrige a tabela do Simples Nacional em até 50% e o que garante acréscimo ao salário do aposentado que permanecer em atividade, entre outras matérias.

CAE/CAS Erradicação da pobreza

10h30 As comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais ouvem a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, sobre o programa do governo de erradicação da pobreza.

CE Prouni

11h Entre outros itens, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte examina projeto que altera a legislação para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (Prouni).

CMA Obras inacabadas

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina projeto que dispõe sobre o controle das obras públicas inacabadas.

CDR Política urbana

14h Proposta que estabelece as diretrizes gerais da política urbana está na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Copa do Mundo Planejamento

14h A Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, que integra a CDR, reúne-se para planejamento dos trabalhos para o biênio 2011-2012.

Mercosul Integração do bloco

14h30 Audiência pública da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul com a presença do alto representante-geral do bloco, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Ele vai falar sobre o desenvolvimento e o funcionamento do processo de integração do Mercosul.

CMO Créditos adicionais

14h30 A Comissão Mista de Orçamento realiza reunião deliberativa. Na pauta, projetos que abrem créditos adicionais para ministérios.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h30, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Na homenagem aos 21 anos do SUS, senadores discutem maneiras de garantir verbas para o atendimento universal de saúde em todo o país

Vanessa: fortunas devem contribuir com mais recursos

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) voltou a defender a regulamentação do imposto sobre Grandes Fortunas como forma de ampliar as fontes permanentes de financiamento à saúde.

De acordo com a senadora, o Legislativo poderia aproveitar a discussão sobre a regulamentação da Emenda Constitucional 29 e aprovar o imposto, para que aqueles que têm patrimônio bastante elevado possam contribuir com mais recursos para a saúde, favorecendo a parcela mais pobre da população.

A afirmação da parlamentar foi feita durante homenagem aos 21 anos do Sistema Único de Saúde (SUS).

O projeto que regulamenta a EC 29 (PLS 121/07) está na pauta do Plenário da Câmara

e deverá ser votado nesta semana. A proposta – que assegura os recursos mínimos a serem aplicados pelos entes federados no financiamento das ações e serviços públicos de saúde – deverá retornar ao Senado.

De acordo com Vanessa, o SUS é um dos sistemas de saúde pública mais avançados do mundo, porque favorece a inclusão social e garante os direitos humanos. Para ela, a crise econômica de 2008, cujos efeitos ainda persistem em vários países, dá uma dimensão da tragédia social vivida pelos grupos de menor renda, que não têm garantia de acesso à saúde, sobretudo nos países civilizados que agora estão empobrecendo, onde a atividade privada domina o setor de saúde.

Senadores avaliam sistema positivamente

A extinção do Inamps e a criação do SUS foram medidas ousadas, acertadas e emblemáticas, avaliou Geovani Borges (PMDB-AP), para quem o SUS substituiu uma estrutura burocrática por um modelo moderno, inovador e mais democrático.

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu a criação de um grupo de trabalho para debater o que ele chamou de "CMPS" ou "Como Podemos Melhorar a Saúde". Já Marinor Brito (PSOL-PA) apontou que não há "praticamente nenhuma fiscalização" dos recursos aplicados no setor. Para Valdir Raupp (PMDB-RO), é preciso reconhecer que o SUS é um dos maiores sistemas de saúde do mundo, pois atende qualquer cidadão que necessite de assistência.

SUS justificaria debater recriação da CPMF, diz Paim

A obra mais bonita da Constituinte foi a criação do SUS, declarou Paulo Paim (PT-RS), para quem o governo não deveria ter medo de recriar a CPMF para financiar a saúde. O fim da CPMF, para Marcelo Crivella (PRB-RJ), teve reflexos drásticos sobre as famílias mais pobres do país, que dependem do SUS.

Antes do SUS, disse Humberto Costa (PT-PE), havia cidadãos de primeira e segunda classe, que só obtinham tratamento por meio da caridade. Com o SUS, a saúde passou a ser responsabilidade do Estado para mais de 100 milhões de habitantes. Vital do Rêgo (PMDB-PB) manifestou preocupação com o processo de terceirização dos serviços de saúde.

Wilson Santiago pede fortalecimento do sistema

Na comemoração dos 21 anos do SUS, Wilson Santiago (PMDB-PB) disse considerar que o sistema modernizou a saúde pública, mas precisa de aprimoramentos.

O senador relatou dados que revelam grande aumento da demanda de serviços de saúde no Brasil: antes da criação do SUS, apenas 8,2% da população

afirmavam ter recebido atendimento nos 30 anos anteriores. Em 2008, o índice chegou a 14,2% nos 15 anos anteriores. O senador ressaltou que o SUS salva vidas e os mais beneficiados são os mais pobres.

– A criação do SUS permitiu uma cobertura de vacinação para todos os brasileiros, além de tantas outras campanhas. Tenho certeza de que, se encontrarmos soluções para se melhorar o fortalecimento do SUS, com mais recursos e melhor gerenciamento, teremos condições de aumentar muito mais esse atendimento.

Em aparte, Wellington Dias (PT-PI) afirmou que o SUS, apesar de precisar de aprimoramento, é o "melhor sistema existente no planeta". Ele sugeriu que recursos da exploração de petróleo da camada do pré-sal sejam destinados ao sistema de saúde pública.

Paulo Davim defende novos financiamentos para a saúde

A REGULAMENTAÇÃO DA Emenda Constitucional 29 poderá significar um novo momento para o Sistema Único de Saúde (SUS), como forma de dar sustentabilidade, mas é preciso fugir do convencional e buscar novas fontes de financiamento, associadas à gestão profissionalizada e austera. A afirmação é de Paulo Davim (PV-RN), autor do requerimento de homenagem aos 21 anos do SUS, realizada ontem. A homenagem contou com a participação de representantes de autoridades e de entidades ligadas à saúde.

O projeto que regulamenta a emenda (PLP 306/08, na Câmara, e PLS 121/07, no Senado) encontra-se na pauta do Plenário da Câmara e deverá ser votado

nesta semana. A proposta – que assegura os recursos mínimos a serem aplicados pelos entes federados no financiamento das ações e serviços públicos de saúde – deverá retornar ao Senado, onde já foi aprovada anteriormente.

Em seu pronunciamento, Paulo Davim, que é médico, disse que os recursos do SUS precisam ser racionalizados, reduzindo o fenômeno do "hospitalocentrismo", como batizou o economista especializado em administração hospitalar e economia da saúde Bernard Couttolenc, citado pelo senador.

Segundo o ex-professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), qualquer sintoma é

motivo para o brasileiro procurar um hospital, onde está a atividade mais cara do SUS. De acordo com o especialista, muito do que é feito nos hospitais poderia ser tratado antes, nos ambulatórios ou no serviço de atenção básica, favorecendo a redução dos custos do sistema.

Paulo Davim ressaltou que há margem para melhorar o funcionamento do SUS, com garantia da otimização dos recursos. Na avaliação do senador, governo federal, estados e municípios devem trabalhar em conjunto e de forma colaborativa, sob a fiscalização da sociedade, para aperfeiçoar o SUS, racionalizando o seu funcionamento e reduzindo suas despesas.



Homenagem aos 21 anos do SUS, presidida por Vanessa Grazziotin (C), reúne representantes de entidades ligadas à saúde

SUS garante atendimento a 190 milhões de pessoas

Mesmo com todos os seus problemas, avaliou Paulo Davim, o SUS, criado pela Lei 8.080/90, é um serviço notável de atenção à saúde, a começar pela ambição de seu objetivo constitucional de garantir atendimento à saúde para todos os brasileiros.

Citando dados do sistema, o senador disse que a totalidade da população brasileira (190 milhões de pessoas) é beneficiada gratuitamente pelo SUS, que produz anualmente 7,8 bilhões de unidades de 400 tipos diferentes de medicamentos, dos quais 163 milhões são de medicamentos antirretrovirais, usados no tratamento da Aids,

doença cujo programa brasileiro de prevenção e tratamento tem reconhecimento internacional.

Dois milhões de partos são feitos a cada ano pelo SUS e mais de 105 milhões de pessoas são atendidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), criado em 2003. O SUS tem 40 mil equipes do programa Saúde da Família, 240 mil agentes comunitários de saúde e 22 mil equipes de saúde bucal. Anualmente, 87 milhões de brasileiros são atendidos pelo programa Brasil Sorridente, em odontologia. O sistema conta ainda com 25 centrais estaduais de transplantes, o que, só em

2011, permitiu o atendimento de 24.600 pessoas.

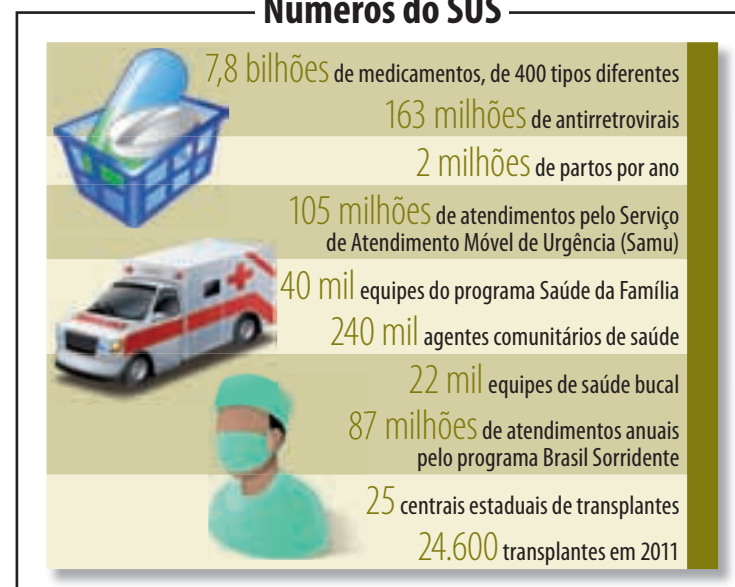
Paulo Davim ressaltou que a mortalidade infantil caiu para 19 mortes por nascimentos e doenças como paralisia infantil e sarampo foram erradicadas. Ele também lembrou que o número de fumantes caiu para 17% da população e que a expectativa de vida da população subiu para 72,3 anos em média.

O senador afirmou, porém, que "nem tudo são flores" quando se trata de um sistema da complexidade do SUS, citando pesquisa realizada em 2010 pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea).

Os principais problemas apontados pela pesquisa foram a falta de médicos, citada por 57,9% dos entrevistados. A demora no atendimento em postos, centros de saúde e hospitais foi citada por 35,9%. Ainda de acordo com a pesquisa, a dificuldade em marcar consulta com especialista é o principal defeito do SUS para 34,9%.

Apesar desses números negativos, os serviços do SUS foram avaliados positivamente por 72,4% dos entrevistados, conforme destacou Davim. A melhoria da qualidade do atendimento foi mencionada por 11% das pessoas, quando solicitada sugestão para aperfeiçoamento do sistema.

Números do SUS



Senador ressalta que os mais pobres são os mais beneficiados

Maurício Tolmasquim, da Empresa de Pesquisa Energética, disse em audiência no Senado que Brasil será grande exportador de petróleo mantendo-se com fontes renováveis

País será potência energética e ambiental, diz pesquisador

AO FINAL DESTA década, o Brasil se tornará um grande exportador de petróleo. Mas, internamente, as fontes renováveis manterão o grande papel na produção geral de energia que já desempenham hoje. A previsão foi feita ontem por Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao Ministério de Minas e Energia, em audiência pública sobre o panorama energético internacional, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Dentro de dez anos, informou, a produção brasileira de petróleo deverá alcançar 6 milhões de barris por dia, dos quais aproximadamente a metade será exportada. A exportação se tornará possível, como explicou, pela importante participação da energia hidrelétrica e do etanol na matriz energética nacional.

– O Brasil será uma grande potência energética e ambiental do século 21. Apesar de grande exportador de petróleo, terá uma das matrizes mais renováveis do mundo, o que parece paradoxal, pois os países que vendem petróleo geralmente têm uma matriz suja de energia.



Tolmasquim e o senador Collor (C) acompanham exposição de Rex Alves, na CRE

Como explicou o presidente da EPE, o Brasil é atualmente o terceiro maior emissor de gases de efeito estufa, atrás de Estados Unidos e China, mas o principal responsável por isso é o desmatamento, que o país se comprometeu a reduzir em 80%. Se for levada em conta apenas a produção de energia, o Brasil passa a ser o 17º maior emissor de gases. E, tomando-se apenas a energia elétrica, o país cai para 49º maior emissor de gases do planeta.

O diretor de Tecnologia da Fundação Carlos Chagas Filho

de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), Rex Nazaré Alves, lembrou que 1,4 bilhão de pessoas ainda não tem acesso à energia elétrica no mundo. Por isso, para ele, o planeta “não pode abrir mão de nenhuma fonte de energia”.

O diretor executivo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única), Eduardo Leão de Sousa, informou que em quase todo o mundo estão sendo adotadas misturas obrigatórias de álcool na gasolina, o que pode representar um grande mercado para os produtores brasileiros.

Collor aponta risco de novo protecionismo comercial

A questão da energia terá grande papel na conferência Rio+20, em 2012, no Rio de Janeiro. O alerta foi feito pelo presidente da CRE, Fernando Collor (PTB-AL), segundo o qual há risco de a economia verde tornar-se o “novo nome do protecionismo comercial”. Existem países que usam “abusivamente” a energia produzida a partir do carvão, que tem grande responsabilidade na emissão de gases do efeito estufa.

Já o alerta de Cristovam Buarque (PDT-DF) foi para o risco de se repetir, no caso da produção

de petróleo da camada pré-sal, o que ocorreu no passado com a produção de ouro no Brasil, que ajudou a industrializar a Inglaterra. Ele ressaltou a necessidade de os recursos obtidos com o petróleo serem investimentos em ciência e tecnologia.

Valdir Raupp (PMDB-RO) apontou que o Brasil poderia entrar “na contramão da história” ao projetar a construção de novas centrais nucleares após o acidente em Fukushima, no Japão, e a discussão mundial sobre a possibilidade de desativação de centrais nucleares.

Samuel Pinheiro debate hoje o Mercosul

O processo de integração do Mercosul será debatido hoje em audiência pública com a presença do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, alto representante-geral do bloco.

Samuel Guimarães falará sobre o desenvolvimento e o funcionamento do processo de integração aos parlamentares que integram a Representação Brasileira no Parlasul.

Dornelles elogia governo por novo IPI para carro importado

Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou o governo federal pela elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis importados.

O senador lembrou sua preocupação com a indústria nacional frente à concorrência com os estrangeiros, quadro intensificado com o agravamento da crise internacional. Ele disse que, com a elevação de até 30 pontos percentuais no imposto para os produtos produzidos fora do Brasil, México e Mercosul, a partir da regulamentação de dois artigos da MP 540/11, o governo mostrou-se atento para os problemas enfrentados pela indústria automotiva, cadeia produtiva responsável pela geração de um número



Dornelles: solução adequada

considerável de empregos e de renda.

Dornelles enfatizou que o rápido avanço dos importados causava sérios prejuízos ao setor automotivo nacional. Em agosto, havia estoques nos pátios das montadoras e nas concessionárias suficientes para suprir a demanda por cerca de 37 dias – o que justificou a suspensão de turnos de trabalho e a colocação de empregados em férias coletivas. A média de 2010 foi de 30 dias. A de 2009, 24.

– O caminho seguido pelo governo foi bem equacionado, na medida em que não vai de encontro às regras do comércio internacional, estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio – disse o parlamentar.

Geovani Borges pede conclusão de estrada que corta o Amapá

Geovani Borges (PMDB-AP) fez um apelo às autoridades do Ministério dos Transportes para a conclusão da BR-156 em seu estado. Segundo ele, as obras de pavimentação da estrada, que corta o Amapá de



Borges: conclusão da BR-156

ainda que, com a conclusão da ponte binacional que liga o Oiapoque à Guiana Francesa, as obras na BR-156 ficaram ainda mais urgentes, uma vez que não faz sentido ter a ponte pronta e com discrepâncias de um lado e de outro – do

norte a sul, precisam sair do papel para possibilitar o desenvolvimento da região.

O senador destacou a importância da BR-156 para o abastecimento da população e revelou que, com as chuvas, produtos não chegam.

– Estamos fazendo um esforço imenso em estabelecer relações mais próximas do Brasil com a França por meio da fronteira Norte do país e isso se sedimenta também com a conclusão desta obra – afirmou.

Geovani Borges ressaltou

lado francês, tudo pronto; do lado brasileiro, só lama e poeira. O senador, porém, disse estar aliviado porque, em reunião com a bancada de parlamentares do Amapá, o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, prometeu terminar a obra até 2012.

– Não podemos deixar que essa esperança se constitua em nova frustração. Esperamos que o apelo faça eco a nossas autoridades, trazendo uma resposta conclusiva e alvissareira – reforçou o senador.

IV CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL

TEMA: **Brasil quer é a gente quem faz**

O finalista de cada estado participará do Projeto Jovem Senador.

Mais informações
 Site: www.senado.gov.br/concursoredacao
 Twitter: @redacaosenado
 Blog: concursoredacao.wordpress.com



José Geraldo, reitor da Universidade de Brasília, uma das primeiras a adotar o sistema

Pedro França/Senado Federal

Cotas: dez anos de inclusão nas universidades públicas

Os dez anos de existência do sistema de cotas raciais para ingresso em universidades públicas tiveram avaliação unânime de senadores, militantes e especialistas que participaram de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH): a ação afirmativa mostrou ser bem-sucedida ao promover significativa e relevante inclusão da população negra brasileira no ensino superior público.

Para os participantes, as ações afirmativas são um instrumento legítimo para a busca da "igualdade material" preconizada pela Constituição de 1988. Eles também argumentaram a favor de programas

como o Prouni e o Fies, por proporcionarem o acesso ao ensino superior a parcelas populacionais que historicamente ficaram de fora das universidades.

O reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa Junior, classificou como vitoriosa a trajetória de dez anos das cotas raciais no Brasil. Ele lembrou que a UnB foi uma das primeiras a adotar o sistema por decisão própria. Atualmente a instituição tem cotas para afrodescendentes (20% das vagas de vestibular)

e indígenas, além de unidades criadas em cidades do Distrito Federal com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que priorizam as populações locais, e vagas para educadores que atuam em assentamentos da reforma agrária.

Nos últimos dez anos, informou, 5.396 negros ingressaram na UnB por meio do sistema de cotas. Pelo vestibular tradicional, entraram outros 21.887 estudantes. Segundo José Geraldo, a diferença

Evasão da universidade é menor entre cotistas que entre não cotistas, informa reitor

entre o desempenho acadêmico dos cotistas e dos não cotistas é irrelevante e a evasão entre os cotistas é menor.

Entre os cidadãos que acompanharam o debate e aos quais foi aberta a palavra,

Solange Aparecida Ferreira de Campos, militante do movimento negro, relatou que foi a primeira brasileira beneficiada com bolsa do Prouni, o que a ajudou a se formar em Gastronomia na Universidade Anhembi Morumbi, uma instituição privada. Ela ingressou na universidade quando já tinha 45 anos e formou-se em 2008. Na opinião dela, não é favor, mas sim obrigação dos governantes apoiarem o acesso à educação da população negra, pois "os ancestrais negros deram o sangue por este país".

Para diretor da Educafro, sistema é bem-sucedido, mas incomoda

O diretor executivo da organização não governamental Educafro, frei David Santos, explicou que o sistema de cotas raciais é apenas um dos tipos de ações afirmativas atualmente em uso no Brasil. Segundo ele, 160 instituições públicas de ensino superior já adotam algum tipo de ação afirmativa, totalizando cerca de 330 mil cotistas, 110 mil deles afrodescendentes. Segundo disse, 32 universidades estaduais e 38 universidades federais têm sistemas de cotas raciais, 77% delas por iniciativa própria e as demais em virtude de legislação do respectivo estado.

Diante desse quadro, o diretor da Educafro disse estranhar que muitas pessoas ainda se posicionem contrárias ao sistema.

– Por que as cotas incomodam tanto? – questionou, lembrando que o projeto que instituiu o sistema de cotas em todas as universidades públicas já tramita no Congresso há 13 anos.

David Santos afirmou ainda que pesquisas já mostraram que o sistema de cotas não aumen-

tou o racismo nas universidades, que a qualidade acadêmica não foi prejudicada e que o desempenho acadêmico dos cotistas não é inferior ao dos não cotistas.

A secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Anhamona Silva de Brito, disse que o sistema vem ajudando na diminuição do racismo. Ela informou que a secretaria e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa vêm trabalhando em um "mapa da inclusão" sobre ações afirmativas.

Anhamona Silva de Brito adiantou no debate que a pesquisa vem estudando 114 instituições de ensino superior que possuem algum tipo de ação afirmativa.

Os resultados, segundo disse, mostram que as cotas raciais correspondem a um percentual relativamente baixo se comparadas às ações afirmativas destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas.

Em audiência da Subcomissão em Defesa do Emprego, representantes da inclusão de negros no mercado de trabalho pediram providências à Federação Brasileira de Bancos

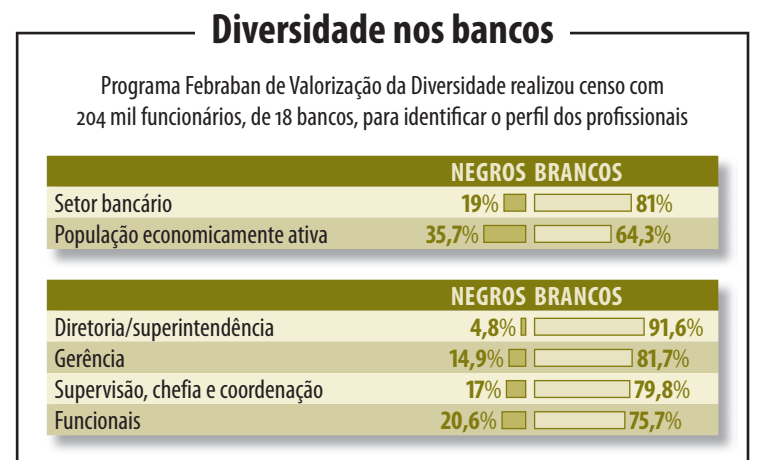
Negros cobram mais espaço no setor financeiro nacional

REPRESENTANTES DE ENTIDADES defensoras da inclusão de negros no mercado de trabalho cobraram da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) mais oportunidade para os afrodescendentes no sistema financeiro nacional. Em audiência da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, ontem, os participantes reclamaram da falta de oportunidade e da pouca presença dos negros atuando nas instituições bancárias brasileiras.

A situação já foi pior, mas ainda precisa melhorar, segundo frei David Santos, diretor executivo da Educafro, ONG que atua na área da educação.

– Os bancos só acordaram para o problema a partir de 2003, quando houve uma ocupação de movimentos negros de uma agência do Itaú. A partir de então, a instituição que tinha pouco mais de 170 funcionários negros passou para mais de 2.700 – afirmou.

De acordo com frei David, atualmente, no Brasil, 81% dos bancários são brancos. Além de serem minoria nas agências, os



Fonte: Federação Brasileira de Bancos (Febraban) - Agosto/2010

negros ainda têm dificuldade de obter promoção: apenas 20% conseguem ascensão na carreira. Os dados são do Censo da Diversidade no setor bancário, elaborado pela Febraban e divulgado em agosto de 2010. O estudo aponta, ainda, defasagem salarial: funcionários negros recebem em média 84,1% do salário dos brancos.

O procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, lembrou que a Procuradoria chegou a entrar com ações civis públicas contra os bancos, mostrando a discriminação

existente no setor, mas lamentou a falta de sensibilidade do Judiciário, já que todas foram julgadas improcedentes.

– Apesar disso, a iniciativa foi válida, pois mostramos a situação violadora dos direitos humanos existente na área financeira – acrescentou.

Diante das críticas, a Febraban comunicou ao presidente da audiência, senador Paulo Paim (PT-RS), que aceitaria o diálogo com representantes dos movimentos negros. O encontro já foi marcado para hoje, fato comemorado pelo público presente.



Convidados ouvem defensor público-geral do Rio, Nilson Bruno, anunciar que concurso terá 20% das vagas reservadas a negros

Além das cotas, procuradora defende qualificação

Os convidados defenderam reservas de vagas para negros. No entanto, a procuradora do Trabalho, Andrea Nice Lima Lopes, alertou que não é possível falar em política de cotas sem tratar da educação e da qualificação profissional. Ela citou o que ocorre em concursos públicos, nos quais as vagas reservadas a portadores de deficiência nem sempre são preenchidas.

– As empresas não são obrigadas a fazer favor. Seja qual for o sistema de cota, para negros ou deficientes, elas precisam de gente competente e que produza – afirmou.

Outro fato comemorado pelo público presente à audiência foi o anúncio do defensor público-

geral do Rio de Janeiro, Nilson Bruno Filho, de que o próximo concurso público da Defensoria do estado, previsto para 2012, terá 20% das vagas reservadas para negros.

Segundo Nilson, a Defensoria fluminense é a maior do país, com 800 defensores. Entretanto, apenas 12 são negros.

– Ainda para 2011, pretendo fazer a mesma coisa com a cota de estagiários. Para os brasileiros, é normal ver negros e pardos em profissões mais simples, mas não é normal vê-los em uma universidade – lamentou, após fazer um relato emocionado de sua história de vida.

Ao defender o sistema de cotas, Nilson Filho – que também

é negro – disse que essa medida “não é uma facilitação, mas uma forma de oferecer acesso aos que não tiveram as mesmas oportunidades na vida”.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) também defendeu o sistema de cotas raciais, mas fez uma ressalva: a luta dos movimentos em defesa da igualdade racial precisa ser mais ampla, incluindo, por exemplo, a erradicação do analfabetismo.

– A cota para universidades, por exemplo, só é válida para os que concluíram o ensino médio. Mas e aqueles que foram obrigados a abandonar a escola ou sequer sabem ler ou escrever? Estes sequer terão a chance de qualquer sistema de cota – disse.

Senador acredita que a mobilização anticorrupção feita por meio das redes sociais questiona o próprio sistema representativo e precisa ser levada em conta pelos políticos

Redes sociais não devem ser subestimadas, diz Jarbas

A CLASSE POLÍTICA brasileira e os agentes públicos em geral devem dar a devida importância ao movimento de mobilização das redes sociais contra a corrupção no país, alertou ontem Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Se os políticos brasileiros subestimarem a capacidade de mobilização das redes sociais, porão em risco as próprias instituições nacionais, advertiu o senador.

O que está sendo questionado nas ruas pelo movimento é, em última instância, o próprio sistema representativo, de acordo com Jarbas.

– A primeira e histórica mobilização promovida pelas redes sociais no Brasil é o fato político mais importante deste início de século – disse.

De acordo com estimativa divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de



Jarbas Vasconcelos afirma que combate à corrupção pode financiar área da saúde

São Paulo (Fiesp), até R\$ 69 bilhões são desviados por ano em atos de corrupção, citou. Ele comparou o montante à arrecadação da CPMF em seu último ano de vigência: R\$ 37 bilhões. A instituição de uma contribuição nos moldes da CPMF seria uma das fontes

de recursos consideradas para viabilizar a regulamentação da Emenda 29.

– Não precisamos de um novo imposto para combater a verdadeira calamidade da saúde pública no Brasil. Basta enfrentarmos, com eficiência, a corrupção.

Governo aposta em transparência, afirma Vanessa

As medidas do governo federal para combater a corrupção e estimular a transparência, em especial a publicidade dos atos públicos como forma de prevenir crimes contra a administração, foram elogiadas ontem por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A luta contra a corrupção deve ser ação permanente dos Poderes, sem se limitar à demissão de ministros e servidores, e não cabe classificar a presidente Dilma Rousseff como “faxineira”, acrescentou.

– Uma faxina começa-se muito cedo e logo no final da tarde se encerra. O combate à corrupção vai muito além dessas medidas e dessas ações – afirmou a parlamentar, que acredita que muitos dos que combatem a corrupção buscam uma forma de desgastar o governo, impedindo-o de trabalhar.

Vanessa registrou a presença de Dilma Rousseff na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) e a formalização, hoje, da Parceria para Governos Abertos, iniciativa



Vanessa Grazziotin destaca acordo internacional

voltada a estimular a transparência e a democracia.

Entre as medidas propostas pela parceria, estão a complementação de políticas de incentivo à participação popular, o fortalecimento

da democracia e o aumento da transparência pública, explicou a senadora.

Vanessa mencionou também o lançamento, em 16 de setembro, do Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, que prevê a aprovação da Lei de Acesso à Informação e o estabelecimento da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, além de aprimorar os mecanismos já existentes de aberturas públicas.

A senadora ressaltou que a transparência facilita o acompanhamento, pela população, de todos os atos dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, o que torna mais difícil o desvio dos recursos públicos.

Rodrigo Rollemberg festeja banda larga grátis em Brasília

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) cumprimentou o governo do Distrito Federal pelo anúncio de que vai fornecer internet grátis, em banda larga, na Rodoviária, no estádio Mané Garrincha e em quatro áreas no Parque da Cidade.

– Considero um avanço, embora entenda que isso deva ser apenas o início de um processo que garanta internet banda larga, de alta velocidade, em todo o Distrito Federal – disse ontem.

O senador informou que o governo do DF já anunciou que nos próximos dias também será oferecido acesso gratuito à internet para as populações do Varjão e de São Sebastião, cidades-satélite de Brasília.



Foto de Moreira Maniz/Senado Federal

Rollemberg espera que haja internet grátis em todo o Distrito Federal

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) assinalou que tempos atrás a reforma era agrária, mas hoje é de banda larga para todos.

Paulo Paim destaca aniversário da Revolução Farroupilha

Paulo Paim (PT-RS) destacou o aniversário da Revolução Farroupilha, comemorado no dia 20 de setembro. A guerra regional de caráter republicano contra o governo imperial aconteceu entre 1835 e 1845, na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

O senador ressaltou que o desejo expansionista do Império colocava o Rio Grande do Sul em constante guerra contra os países vizinhos. Ele contou que a política fiscal do Império colocava a província contra o governo central.

– Homens e mulheres foram guiados pelo farol da liberdade, por melhores condições de

vida e contra a escravidão. O Rio Grande do Sul não lutou contra o Brasil e sim contra o Império – disse Paim.

O parlamentar reconheceu que ainda há muitos problemas no Rio Grande do Sul, como questões de infraestrutura e dívida pública, mas disse que é importante ter olhos no futuro.

Paim também anunciou que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje audiência pública com historiadores, professores, especialistas e personalidades gaúchas para debater a história do Rio Grande do Sul, com destaque para a Revolução Farroupilha.

Raupp: PMDB vai eleger maior número de prefeitos em 2012

Valdir Raupp (PMDB-RO) assinalou a realização do fórum nacional de seu partido no último dia 15, em Brasília, com o tema “O PMDB e os municípios”. Ele disse que o evento contou com mais de 4 mil lideranças políticas, de vereadores a governadores do partido, além da presidente Dilma Rousseff e parlamentares de outras legendas.

O encontro gerou um documento com 15 propostas, que, para o senador, vai ajudar o partido a eleger novamente o maior número de prefeitos e vereadores nas próximas eleições. Raupp, que preside o PMDB, informou que o partido tem 1.167 prefeitos, 900 vice-prefeitos, 8,6



Raupp é presidente do partido, que tem 2,3 milhões de filiados

mil vereadores, quase 200 deputados estaduais, 89 federais, 20 senadores, cinco governadores e o vice-presidente da República, Michel Temer.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cicero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Paulo Davim • Valdir Raupp • Geovani Borges

* Licenciado

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Marinor lamenta abuso sexual de adolescente em presídio paraense



Marinor Brito

Marinor Brito (PSOL-PA) protestou ontem contra o caso da jovem de 14 anos que foi violentada por detentos da Colônia Penal Heleno Fragoso, em Santa Isabel (PA), durante quatro dias.

A senadora leu relato em que a vítima conta que foi obrigada a consumir álcool e drogas antes de ser abusada por até quatro homens ao mesmo tempo.

Marinor lembrou o caso de outra menor, presa por 30 dias com mais de 20 detentos em Abaetetuba, também no Pará, em 2007.

– Há um descumprimento histórico dos governos do estado com a garantia dos mais elementares direitos das nossas crianças e adolescentes – acusou.

Wellington Dias comemora aumento da renda das mulheres



Wellington Dias

O crescimento da renda das mulheres, inclusive em ritmo mais acelerado que a dos homens, foi comemorada ontem por Wellington Dias (PT-PI). Os dados mostram que o aumento da massa da

renda feminina foi de 30,8% de 2006 a 2011, passando de R\$ 519,3 bilhões para R\$ 679,5 bilhões, enquanto o da masculina foi de apenas 22%.

Para o senador, o levantamento revela o perfil feminino da nova classe média brasileira, pois quase 53 milhões de mulheres da classe C detêm quase metade da renda feminina.

– Se a classe C no Brasil cresceu, se a nossa economia avançou, isso se deve à crescente importância da mulher em nossa sociedade – disse.

Romero Jucá anuncia construção de creches no interior de Roraima



Romero Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou a construção de creches em municípios no interior de Roraima, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2. Na última semana,

ele já havia anunciado a construção de 16 creches e de seis quadras cobertas em Boa Vista.

Segundo Jucá, serão beneficiados os municípios de Amajari, Bonfim, Caracarái, Mucajá, Uiramutã, Normandia e Rorainópolis. O município de Alto Alegre deverá ganhar duas creches.

– Tudo para dar condições para as crianças irem cedo para a escola e, com isso, as mães terem condições de trabalhar – argumentou o senador.

Prazo apertado: até 2 de outubro, o Plenário do Senado deve votar a isenção de impostos para a produção de *tablets*. E até dia 13, a transferência de R\$ 300 trimestrais a famílias em extrema pobreza no meio rural

Cinco medidas provisórias trancam a pauta de votações da semana

ALÉM DA MEDIDA provisória que concede isenção de impostos para a produção de *tablets* no Brasil (MP 534/11), transformada em projeto de lei de conversão (PLV 23/11) que chegou ao Senado na última terça-feira, mais quatro MPs foram lidas em Plenário na última sexta-feira e também passaram a trancar a pauta a partir desta semana.

A MP 535/11 instituiu o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. O primeiro, de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, trata da transferência de R\$ 300 trimestrais, por um período de até dois anos, por parte da União, a famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação de recursos naturais no meio rural.

Já o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, de responsabilidade dos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estabelece a transferência de até R\$ 2,4 mil a famílias de agricultores familiares em situação de extrema pobreza. A transferência, de acordo com o regulamento, acontece em três parcelas, no período máximo de dois anos. A MP foi modificada pela Câmara e agora tramita como projeto de lei de conversão (PLV 24/11).

Por sua vez, o PLV 25/11, que resultou da MP 536/11, reajustou em 24,4%, com possibilidade de revisão anual, o valor



Laudeir Cardoso, agricultora na zona rural de Monte Azul (MG): foco da transferência de duas MPs

da bolsa paga aos médicos residentes. De R\$ 1.916,45, eles passaram a receber, a partir de junho de 2011, R\$ 2.384,82. A alteração, de acordo com o governo, foi fruto do pacote de negociações para o encerramento de paralisação da categoria, que reivindicava melhores condições de trabalho.

O Plenário do Senado também deve votar a MP 537/11, que abriu crédito extraordinário no Orçamento, no valor de R\$ 500 milhões, em favor dos

ministérios da Defesa e da Integração Nacional, para ações de defesa civil, e a MP 538/11, que prorrogou a validade de contratos temporários no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Cenispam) e na Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

As MPs 534/11 e 535/11 devem ser votadas, respectivamente, até 2 e 13 de outubro. As demais (MP 536/11, 537/11 e 538/11) tiveram seu prazo final prorrogado para o início de novembro.

Regras sobre legalização de desmatamentos dividem opiniões

A regra para legalizar lavouras e criações existentes em áreas de preservação permanente (APPs) e em reservas legais está entre os aspectos mais controversos do projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11) aprovado pela Câmara e que agora tramita no Senado.

Há consenso de que não devem ser punidos os agricultores que desmataram seguindo legislação da época, como os produtores de café em áreas montanhosas do Espírito Santo e os vinicultores da Serra Gaúcha, mas são muitas as divergências quanto aos demais casos de ocupação das áreas protegidas, em especial cultivos temporários, como lavoura de grãos, feitos até as margens de rios.

Para especificar as situações passíveis de regularização, o texto aprovado na Câmara apresenta um conceito genérico de área rural consolidada: “ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvopastoris, admitida, neste último caso, a adoção de regime de pousio [interrupção de cultivo por um



Relator, Luiz Henrique manteve entendimento da Câmara, mas foi contestado por especialistas

certo período para tornar a terra mais fértil]”. O marco temporal coincide com a edição do Decreto 6.514/08, determinando punições para crime contra o meio ambiente.

Luiz Henrique (PMDB-SC), relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), manteve o en-

tendimento da Câmara, mas especialistas ouvidos em audiências públicas no Senado afirmam não haver justificativa para a chamada “data mágica”. Esse também é o pensamento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Lindbergh Farias (PT-RJ), que apresentaram emendas alterando o corte temporal previsto no conceito de área consolidada.

Aloysio e Valadares sugerem que sejam regulamentadas atividades consolidadas até 24 de agosto de 2001, data da edição da Medida Provisória 2.166/67, que alterou as regras previstas no Código Florestal para áreas protegidas. Eles argumentam que as novas regras passaram a valer a partir da edição da MP, sendo o decreto de 2008 restrito à definição de sanções.

Lindbergh Farias propõe a data de 12 de fevereiro de 1998, quando entrou em vigor a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98). Ele considera que, após essa data, infringiram a lei todos que desmataram propriedades de forma irregular.

Antonio Russo: controle da fronteira vai evitar contaminação de rebanhos

Antonio Russo (PR-MS) defendeu ontem a permanência do Exército na fronteira seca do país, como forma de assegurar a manutenção da sanidade vegetal e animal do país. Ele lembrou que o Paraguai acaba de decretar situação de emergência devido a um foco de febre aftosa detectado no departamento de São Pedro, a 150 quilômetros da fronteira com Mato Grosso do Sul.

Ele ressaltou que a admissão em território nacional de produto de qualidade duvidosa, em desobediência aos padrões mundiais de higiene, pode colocar em

risco a liderança que o Brasil conquistou no disputado mercado mundial de alimentos.

– O risco iminente de contaminação deve ser constantemente monitorado e coibido. Apenas dessa forma nossos rebanhos e lavouras estarão a salvo – disse.

O senador adiantou que apresentará projeto de lei que consolida as leis de defesa agropecuária, já tendo encomendado estudo sobre a matéria à Consultoria do Senado. Ele explicou que pretende reunir diversas normas sobre defesa agropecuária, algumas que remontam ao



Senador afirma que vai apresentar projeto de lei para consolidar normas de defesa agropecuária

início do século passado, como forma de facilitar a ação do Estado e seus agentes, bem como a vida dos brasileiros envolvidos no setor agropecuário nacional.

Aluno pode pagar faculdade com empréstimo do governo

Fies, oferecido na Caixa e no Banco do Brasil, cobra juros de 3,4% ao ano para financiar mensalidades; estudante começa a quitar a dívida só depois de formado

NUNCA SE DEU tanta oportunidade para que os jovens entrem no ensino superior. Do lado da rede pública, expandiram-se as universidades federais. Do lado da rede privada, criaram-se as bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (Prouni) e tornou-se o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) mais atraente.

O Fies é o programa do governo federal que concede empréstimos a estudantes para que cursem universidade privada e só paguem as mensalidades depois que já estiverem formados. A iniciativa ajuda aqueles que não conseguiram entrar numa universidade pública e não têm renda suficiente para pagar uma universidade privada. O Fies permite financiar entre 50% e 100% do valor das mensalidades. Foi criado em 1999, para substituir o Crédito Educativo.

No ano passado, as regras do Fies foram flexibilizadas. De todas as mudanças, talvez a mais significativa tenha sido a redução da taxa de juros. Na época do Crédito Educativo, os juros do financiamento chegavam a 9% ao ano. Dois

anos atrás, eram de 6,5%. Hoje estão em apenas 3,4%. O Fies é oferecido pelo Ministério da Educação por meio da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

É provável que não exista outra linha de financiamento com uma taxa de juros tão módica. Para se ter uma ideia de o quanto os 3,4% do Fies significam, os juros mais baixos do Minha Casa, Minha Vida, programa federal que financia a casa própria para a população carente, são de 5% ao ano. Nas linhas de financiamento imobiliário para a classe média, costumam ficar perto de 10%.

A perder de vista

As facilidades do Fies são muitas. O estudante conta com uma “folga” entre a formatura e o pagamento da primeira parcela do empréstimo. Ele só começa a pagar a dívida com o governo federal 18 meses depois de formado.

As parcelas, fixas, são a perder de vista. O aluno tem, para quitar a dívida, três vezes o período financiado mais 12 meses. Se ele obtém hoje um financiamento para um curso de

quatro anos, a dívida poderá ser liquidada somente em 2030.

No Brasil, menos de 14% dos jovens estão matriculados no ensino superior. O Ministério da Educação aposta nas universidades privadas, com os financiamentos do Fies e as bolsas de estudo do Prouni, porque sabe que as públicas são insuficientes para atender à demanda dos estudantes que saem do ensino médio. Em 2009, as universidades públicas abriram 394 mil vagas em seus vestibulares. As privadas, por sua vez, 2,7 milhões de vagas – quase sete vezes mais.

De 1999 até hoje, foram assinados 658 mil contratos de financiamento estudantil. O dinheiro que mantém o Fies vem, basicamente, do orçamento do Ministério da Educação e de 30% da renda das loterias federais, além dos prêmios não reclamados pelos apostadores.

Pode-se pedir o financiamento do Fies a qualquer momento, pela internet (sisfiesportal.mec.gov.br). A universidade deve ter aderido ao programa, o curso deve ter uma boa nota nas avaliações do MEC e o aluno precisa já estar matriculado.



Alunos de faculdade particular de Minas Gerais: governo financia mensalidades a juros bem inferiores aos de mercado

Estudante carente não precisa mais de fiador

Um dos obstáculos que os universitários pobres tinham para obter o empréstimo do Fies era encontrar uma pessoa que aceitasse assumir a dívida caso eles não conseguissem pagá-la. No ano passado, a exigência do fiador caiu. Os alunos com renda familiar por pessoa de até um salário mínimo e meio agora contam com o recém-criado fundo garantidor do Fies, que tem dinheiro do governo e das universidades. Em caso de inadimplência, esse fundo é acionado. O fundo garantidor serve de alternativa ao fiador também para os alunos de cursos de licenciatura e os que têm bolsa parcial do Prouni. Nos demais casos, continua-se exigindo fiador.

Outras mudanças ocorreram em 2010. Os alunos podem pedir o financiamento em qualquer época do ano, a taxa de juros caiu e o prazo para a quitação da dívida aumentou. Agora o MEC quer que o Fies, restrito aos cursos de graduação, também financie mestrados e doutorados.

Com projetos, senadores tentam melhorar o Fies

Na última década, os senadores apresentaram mais de 20 projetos que mexem no Fies. No PLS 530/07, Cristovam Buarque (PDT-DF) quer que os estudantes só comecem a quitar o financiamento quando suas rendas forem suficientes. Hoje, o prazo é de 18 meses após a formatura.

– O tempo para que tenham salários suficientes para se manterem varia conforme a carreira. Uns precisam de mais tempo. Outros, de menos. Não queremos gente escravizada pela dívida [do Fies], sem dinheiro para a escola do filho – argumenta.

Paulo Davim (PV-RN) propõe no PLS 109/11 que médicos, enfermeiros, dentistas e professores tenham as dívidas com o Fies abatidas quando trabalharem em hospitais e escolas públicas:

– Formaram-se com recursos públicos. A sociedade quer ser paga com trabalho, não com dinheiro.

Hoje, médicos e professores têm abatimento de 1% do saldo devedor a cada mês trabalhado na rede pública. Para Davim, isso “é insignificante”.

O financiamento estudantil

- ▶ **O QUE É O Fies** É o programa do Ministério da Educação que financia os estudos de alunos matriculados em faculdades privadas. Os alunos só começam a pagar as parcelas do empréstimo depois de formados
- ▶ **QUANTO SE FINANCIAM** Podem ser financiados de 50% a 100% do valor da mensalidade. Quanto mais alta for a mensalidade em comparação com a renda familiar *per capita*, maior será o financiamento concedido
- ▶ **QUEM PODE PEDIR FINANCIAMENTO** Pode se inscrever no Fies o aluno matriculado num curso com mensalidade que compromete 20% ou mais da renda familiar por pessoa

% DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA COMPROMETIDA COM A MENSALIDADE	FINANCIAMENTO CONCEDIDO
60% ou mais	até 100%
entre 40% e 60%	até 75%
entre 20% e 40%	50%
menos de 20%	não é possível financiar

“Sem o programa, eu não conseguiria estudar”

Phillip Lima, de 22 anos, dificilmente estaria hoje cursando o segundo ano de Direito no Centro Universitário de Brasília (Uniceub) se não tivesse conseguido financiar 100% da mensalidade pelo Fies. Ele é filho

de uma dona de casa e de um operário da construção civil e mora no Gama, uma das cidades-satélite do Distrito Federal. A família não poderia sustentar o filho num curso que dura cinco anos e custa quase R\$ 1.100 por mês.

– Eu até poderia estudar em faculdades baratas, de R\$ 400, R\$ 500 por mês. Existem muitas assim por aí. Mas os cursos não são bons. Seria desperdício de tempo e de dinheiro. Se não fosse o Fies, acho que eu não faria faculdade – afirma Phillip, que sonha em ser analista processual em algum tribunal.

O Fies não considera a renda do estudante isoladamente. Na realidade, compara a renda com o valor da mensalidade da faculdade. Pode pedir o empréstimo, o estudante que estiver matriculado num curso cuja mensalidade compromete 20% ou mais da renda familiar *per capita*.

Considere-se uma família composta de quatro pessoas e com uma renda bruta total de R\$ 10.000 por mês – a renda familiar por pessoa é de R\$ 2.500. Se a mensalidade da faculdade custa R\$ 1.500 (60% da renda familiar por pessoa), o estudante tem direito a pedir financiamento de até 100%. O Fies, portanto, não beneficia apenas os alunos carentes.

Simulação

O aluno começa a pagar o financiamento um ano e meio após a formatura. O prazo para a quitação é de três vezes o período financiado mais 12 meses. A taxa de juros é de 3,4% ao ano. As parcelas são fixas.

Considerando-se que o curso dura **quatro anos**, a mensalidade custa **R\$ 1.000** e o aluno financiará **100%** da mensalidade:

- ▶ **ENTRE 2011 E 2015** (nos quatro anos do curso) o aluno pagará 16 parcelas de **R\$ 50**, uma a cada três meses
- ▶ **ENTRE 2015 E 2017** (nos 18 meses de carência, entre a formatura e o início do pagamento da dívida) o aluno pagará seis parcelas de **R\$ 50**, uma a cada três meses
- ▶ **ENTRE 2017 E 2030** (nos 13 anos de quitação do financiamento) o aluno pagará 156 parcelas de **R\$ 445,98**, uma por mês

R\$ 48.000
Total financiado pelo governo

R\$ 70.645
Total pago pelo estudante

Saiba mais

Página do MEC explica o que é o Fies e como solicitar o financiamento
sisfiesportal.mec.gov.br

gov.br/simulacao.php

Página da Caixa sobre o Fies
www3.caixa.gov.br/fies/

Site faz a simulação do financiamento
sisfiesportal.mec.gov.br

Site do Banco do Brasil sobre o programa
eufacoacontecer.com.br/aquinobb/



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL